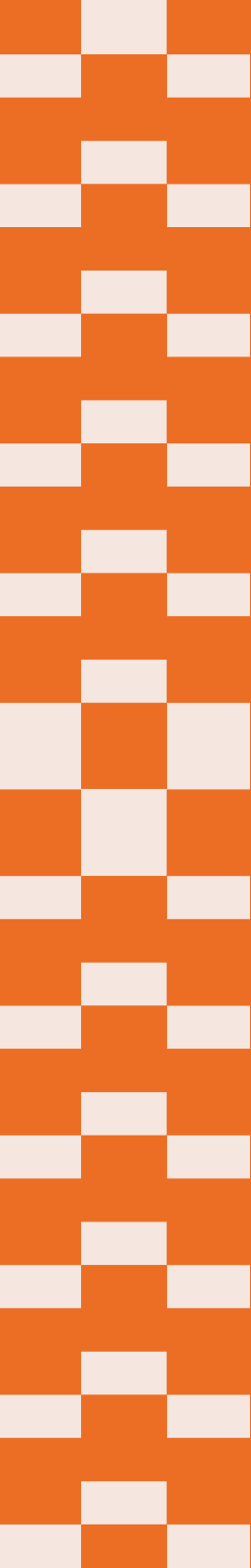




CARTILHA PARA UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA



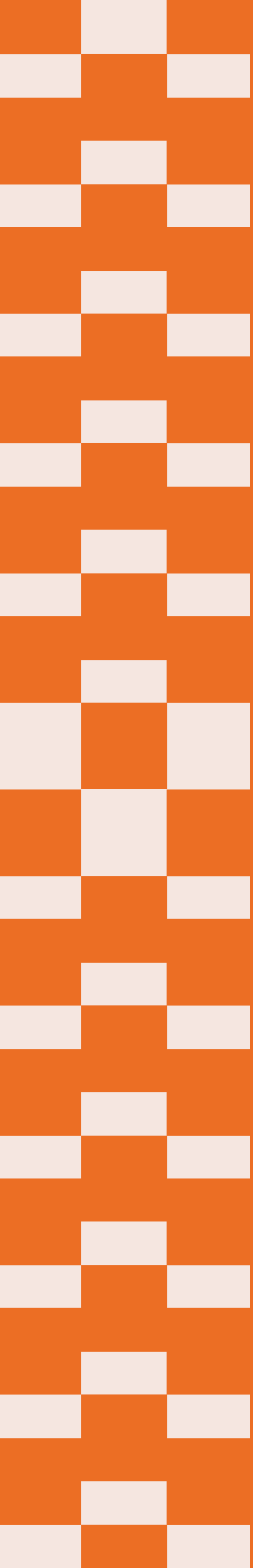
GINGA



CARTILHA PARA UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

GINGA

Instituto
AGÔ



Por uma educação antirracista dentro e fora da sala de aula.

Você sabia que o racismo é uma ideologia construída historicamente e atualizada no cotidiano?

Pois bem, este é o mote desta conversa que iniciamos por aqui e que gostaríamos que levasse consigo sempre. O sistema ideológico recebe o nome de racismo estrutural e trata-se da pactuação de uma série de práticas institucionais, culturais, históricas e interpersonais numa sociedade que constantemente possibilita a um grupo social ou étnico uma posição melhor para obter sucesso. Num contraponto, prejudica outros grupos de modo consciente, consistente e constante provocando desigualdades que se desenvolvem, ao longo de um período, causando profundos danos à sociedade.

Construímos uma cartilha que vai ajudar você a identificar e a desconstruir algumas posturas racistas e a desenvolver, educadora e educador, um senso crítico mais apurado para evitar que caia nas armadilhas do racismo estrutural contribuindo com a produção de ações educativas e pedagógicas antirracistas que possam e devem ser desenvolvidas em sala de aula, transformando resultados e indicadores educacionais.

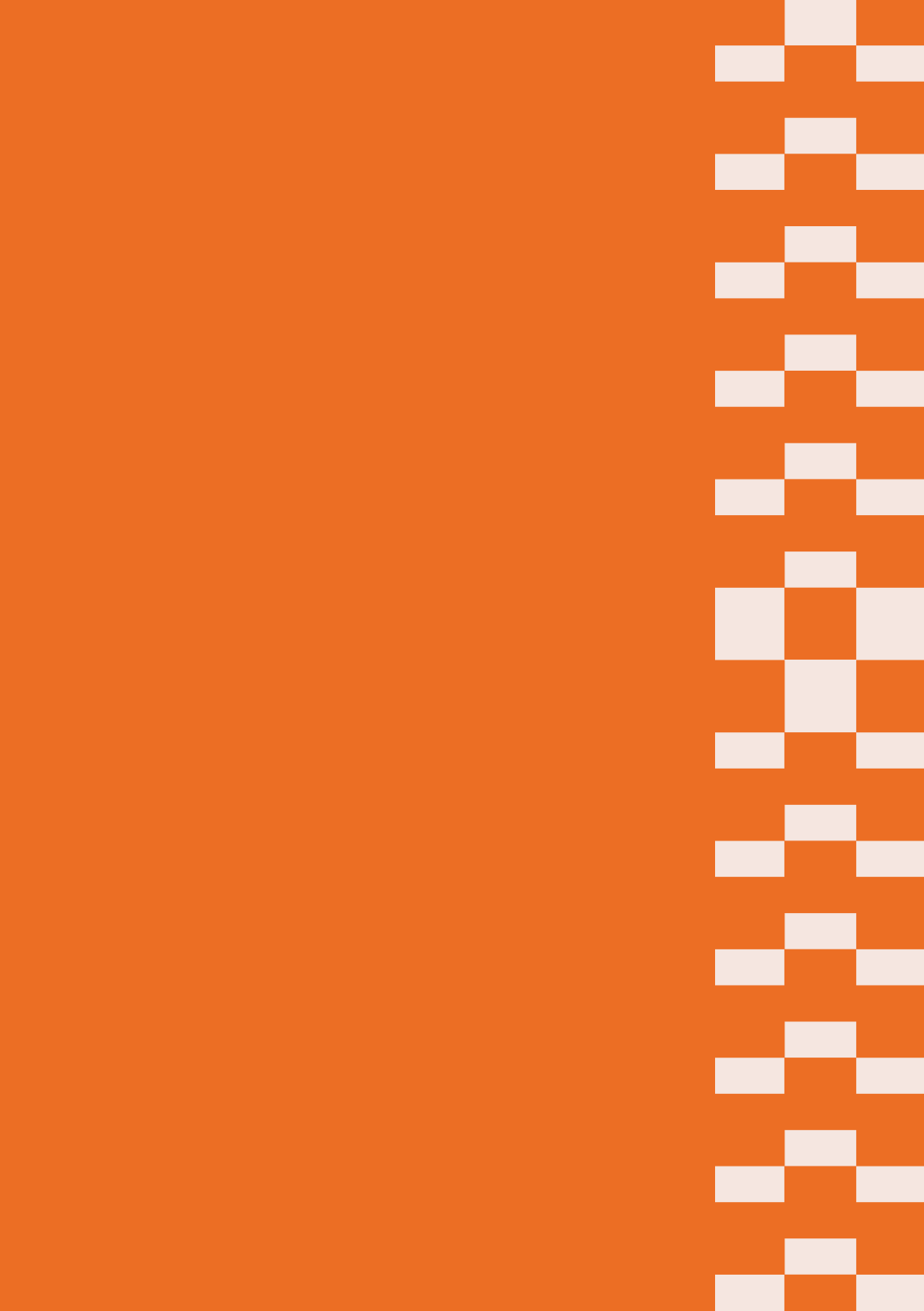
A luta antirracista precisa ser construída por muitas mãos. Todas as estratégias que estão ao alcance precisam ser utilizadas para que possamos compreender a importância das atitudes antirracistas na prática pedagógica, para que possamos refletir sobre a igualdade racial no ambiente escolar e reconhecermos as contribuições do povo negro e indígena na sociedade brasileira. Portanto, há muito trabalho a ser feito por cada uma / um de nós, com foco nas/nos estudantes por nós atendidos(as).

Os verbetes, os signos e as expressões aqui apresentados têm sido utilizados ao longo dos anos em vários ambientes e em diversos

contextos da vida em sociedade. Não raras vezes, as pessoas os repetem sem que reflitam sobre sua origem ou real significado, mas a Educação deve exercer seu papel de atuar na luta antirracista contribuindo com tal reflexão, uma vez que se pauta por construir um mundo melhor para vivermos. Dentre os aparentes elogios, descuidos, apelidos, mazelas, sutilezas, falsas brincadeiras e muitos mal-entendidos, a violência simbólica, que se ancora semanticamente no processo escravocrata, ampliando-se quando expressões como estas são repetidas. Logo, não contribua com seu uso e corte a corrente dessa violência!

A revelação da origem racista que existe por trás das expressões, termos e signos pejorativos, racistas e discriminatórios não acaba com o racismo em si, mas, ao propor o que aqui fazemos, iniciamos um processo de rompimento e de desnaturalização das práticas advindas desta ideologia. Rever o discurso usado diuturnamente é um dos caminhos possíveis para uma educação antirracista e de mudança do imaginário social sobre o papel da comunidade negra na constituição e na construção do país.

Uma educação exclusivamente voltada para o aprendizado da técnica, pautada pela apropriação dos conhecimentos técnico-científicos ou para a "formação da consciência" apenas pouco contribui para o desenvolvimento do sentido de humanidade, conforme preconiza Adorno (1995) em seus escritos sobre educação. Há que se propiciar uma experiência formativa voltada para a emancipação da humanidade do jugo de uma razão tecnicista e instrumental. Repensar o currículo, neste sentido, pressupõe trazer às(aos) docentes experiências de práticas educativas emancipadoras, ativas, que auxiliem a escola e as/os docentes no movimento de repensar o seu papel profissional e, principalmente, as práticas educacionais desenvolvidas.





COLORISMO

Colorismo é um sistema de hierarquia social e discriminação que privilegia indivíduos de pele mais clara dentro de um mesmo grupo racial ou étnico. Diferentemente do racismo, que discrimina com base na raça, o colorismo se manifesta no interior dos grupos raciais, valorizando sujeitos com características mais próximas do padrão de beleza europeu (pele clara, traços finos, cabelos lisos) e desfavorecendo aqueles com pele mais escura, que são frequentemente marginalizados e enfrentam tratamento desigual.

Esse fenômeno pode ser visto em diversas esferas da sociedade, como:

mercado de trabalho: pessoas de pele mais clara podem ter mais facilidade para conseguir empregos e promoções;

mídia e entretenimento: a representação de pessoas negras tende a favorecer aquelas com pele mais clara, reforçando a ideia de que elas são mais desejáveis ou aceitáveis;

relações sociais e familiares: o colorismo pode causar conflitos e discriminação dentro da própria família, onde indivíduos de pele mais escura são tratados de forma diferente.

O colorismo é uma consequência direta do racismo e do legado da escravidão e da colonização, que impuseram a supremacia branca e associaram a pele clara ao poder, à beleza e ao sucesso. Embora o colorismo e o racismo estejam interligados, é crucial entender que o colorismo é uma forma de discriminação interna, que aprofunda as desigualdades raciais. A escritora Alice Walker é creditada por popularizar o termo “colorismo” (colorism) em seu livro *In Search of Our Mothers’ Gardens*, definindo-o como o “tratamento preconceituoso ou preferencial de pessoas de mesma raça baseado unicamente na cor da pele”.

DEMOCRACIA RACIAL

O conceito de democracia racial defende a ideia de que o Brasil seria uma nação livre de preconceito e discriminação, onde pessoas de todas as raças e etnias conviveriam harmoniosamente, tendo as mesmas oportunidades sociais e econômicas.

Essa teoria, que ganhou força na década de 1930, com o sociólogo Gilberto Freyre, argumenta que a miscigenação (mistura de raças) na formação do povo brasileiro criou uma sociedade única, na qual as barreiras raciais não seriam tão rígidas como em outros países, como os Estados Unidos, por exemplo.

No entanto, essa noção é amplamente criticada por pesquisadores e movimentos sociais, que a consideram um mito. Eles argumentam que, apesar da grande miscigenação, o Brasil é uma sociedade com profundas desigualdades raciais, onde a população negra ainda enfrenta racismo estrutural, sendo historicamente marginalizada em diversas áreas, como:

educação e renda: a população negra tem menores índices de escolaridade e recebe salários inferiores;

saúde: existem disparidades no acesso a serviços de saúde de qualidade;

segurança pública: pessoas negras são as principais vítimas da violência e do encarceramento.

O mito da democracia racial, portanto, serviu para mascarar a existência do racismo no país, dificultando o reconhecimento do problema e a criação de políticas públicas eficazes para combatê-lo.

MOVIMENTO NEGRO EDUCADOR

O conceito de Movimento Negro Educador refere-se à atuação do Movimento Negro Brasileiro como um agente de produção e difusão de conhecimento sobre a história e a cultura afro-brasileira, o

racismo e as estratégias de resistência. Mais do que uma organização política, ele é visto como uma pedagogia social, que opera fora dos espaços educacionais formais (escolas e universidades) para conscientizar a sociedade sobre as questões raciais.

O Movimento Negro Educador atua em diversas frentes:

- educação não-formal: promove palestras, oficinas, seminários e rodas de conversa em comunidades, centros culturais e associações, disseminando a história e a cultura negra;
- produção de conhecimento: cria e divulga materiais educativos, como livros, artigos, documentários e conteúdos digitais, que contestam as narrativas eurocêntricas e valorizam a perspectiva africana e afro-brasileira;
- incidência política: pressiona o Estado e a sociedade para a implementação de políticas de ações afirmativas e leis que combatam o racismo, como a Lei 10.639/03, que tornou obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas.

Em essência, o Movimento Negro Educador não busca apenas lutar por direitos, mas educar a sociedade como um todo, combatendo o racismo e a invisibilidade histórica da população negra. Ele reivindica o papel de produtor de conhecimento e de sujeito da sua própria história, desconstruindo a imagem de uma sociedade racialmente harmoniosa. A professora e pesquisadora Nilma Lino Gomes é uma das principais expoentes e teóricas do conceito de Movimento Negro Educador. Em seus trabalhos, ela discute como o Movimento Negro constrói uma pedagogia própria, influenciando e transformando as práticas e políticas educacionais no Brasil.

A classificação da humanidade em raças hierarquizadas (uma superior a outra) desembocou numa teoria pseudocientífica, a raciologia, que ganhou muito espaço no século xx. Na realidade, apesar da máscara científica, a raciologia tinha um conteúdo mais doutrinário que científico, pois seu discurso serviu mais para justificar e legitimar os sistemas de dominação racial que como explicação da variabilidade humana. Gradativamente, os conteúdos dessa doutrina chamada ciência começaram a sair dos círculos intelectuais e aca-

dêmicos para se difundir no tecido social das populações ocidentais dominantes. Depois foram recuperados pelos nacionalismos e pelo nazismo para legitimar os diversos extermínios que causaram à humanidade durante a Segunda Guerra Mundial. No entanto, o conceito de "raça" ainda é usado popularmente em trabalhos e estudos produzidos na área das ciências sociais. Estes, embora concordem com as conclusões da atual Biologia Humana sobre a inexistência científica da diferenciação racial, justificam o uso do conceito como realidade social e política, considerando o termo como uma construção sociológica e uma categoria social de dominação e de exclusão. O conceito de Raça perpassa a história em permanente atualização, de acordo com os interesses vigentes, que se atualizam constantemente. Ou seja, não estamos fazendo referência ao período colonial ou pós-colonial. As questões raciais estão em emergência nas grandes disputas internacionais, nos pilares das desigualdades sociais, conflitos de segurança pública e crises das emergências climáticas, dentre outras.

POLÍTICA EUGENISTA

A eugenia foi uma teoria pseudocientífica que surgiu no final do século XIX, visando à suposta “melhoria” genética da espécie humana, por meio da intervenção social, racial e biológica. O termo foi cunhado pelo antropólogo e biólogo britânico Francis Galton, que era primo de Charles Darwin.

As políticas eugenistas são ações e programas governamentais que se baseiam nessa teoria, promovendo a reprodução de indivíduos considerados “geneticamente superiores” (eugenia positiva) e impedindo a reprodução daqueles vistos como “geneticamente inferiores” (eugenia negativa).

Francis Galton é considerado o pai da eugenia e, em sua obra, ele explora a teoria da hereditariedade e a ideia de que o talento e o caráter são traços genéticos que podem ser melhorados por

meio da seleção artificial, assim como se fazia com plantas e animais.

A eugenia foi amplamente desacreditada após a Segunda Guerra Mundial, devido às atrocidades cometidas pelo regime nazista, que justificou o Holocausto e a perseguição a minorias com base em ideais eugenistas.

RACISMO DE RECREAÇÃO

O racismo de recreação é uma forma de manifestação racista disfarçada de piadas, brincadeiras ou humor. O termo, cunhado pela socióloga e professora Lia Vainer Schucman, refere-se a comportamentos que, embora apresentados de forma “descontraída” ou “inofensiva”, têm o objetivo de ofender, humilhar e estigmatizar pessoas negras.

Essa forma de racismo opera em um nível sutil, muitas vezes em ambientes informais, como reuniões familiares, rodas de amigos ou festas, dificultando a identificação e a reação da vítima, que pode se sentir isolada ou culpada por “não ter senso de humor”.

Alguns exemplos de racismo de recreação incluem:

- piadas sobre a cor da pele, o cabelo crespo ou as características físicas de pessoas negras;
- o uso de estereótipos racistas em “brincadeiras”;
- o hábito de pedir para um amigo negro “ir buscar um copo d’água”, como se fosse um empregado.

Essas atitudes reforçam preconceitos e estereótipos raciais, mantendo a desigualdade e a opressão. O racismo de recreação não é apenas uma “brincadeira de mau gosto”; ele é uma manifestação do racismo estrutural, que se perpetua na sociedade, normalizando a discriminação e o desrespeito.

RACISMO DE MARCA

O racismo de marca é uma forma de discriminação racial que se manifesta por meio de estereótipos, ofensas ou representações negativas da população negra, tanto em peças publicitárias quanto na identidade visual de produtos e serviços. Esse conceito, discutido por pesquisadores e ativistas, aponta a forma como as marcas perpetuam o racismo estrutural, contribuindo para a manutenção de preconceitos e desigualdades.

O racismo de marca é uma das faces do racismo estrutural e, embora não seja sempre intencional, ele reflete a forma como a sociedade ainda enxerga e trata a população negra.

A sua denúncia e o seu combate são essenciais para que as empresas assumam a responsabilidade por seu papel na sociedade e contribuam para a construção de um ambiente mais justo e igualitário.

RACISMO RELIGIOSO

O racismo religioso é uma forma de discriminação que se manifesta por meio de ataques, preconceitos e violência direcionados a pessoas e comunidades em função de sua religião ou crença, com base na sua etnia ou raça. Essa forma de racismo atinge majoritariamente as religiões de matriz africana, como o candomblé e a umbanda, por estarem historicamente associadas à população negra.

Ao contrário da intolerância religiosa, o racismo religioso está enraizado na história da escravidão e da colonização, quando as religiões africanas foram demonizadas e criminalizadas para justificar a opressão e a escravização dos povos africanos. Essa perseguição histórica se perpetua nos dias de hoje, por meio de: invasões a terreiros: ataques físicos e depredações a locais de culto, muitas vezes realizados por grupos que se declaram cristãos;

discurso de ódio: a propagação de discursos de ódio em mídias sociais e púlpitos de igrejas, que associam as religiões afro-bra-

sileiras a práticas malignas; violência física e verbal: agressões, ameaças e xingamentos direcionados a praticantes de religiões de matriz africana. Essas manifestações não são apenas atos de intolerância; elas são uma expressão do racismo estrutural, que busca, a todo custo, deslegitimar a cultura e a identidade negra, considerando suas crenças e práticas como inferiores ou “malignas”.

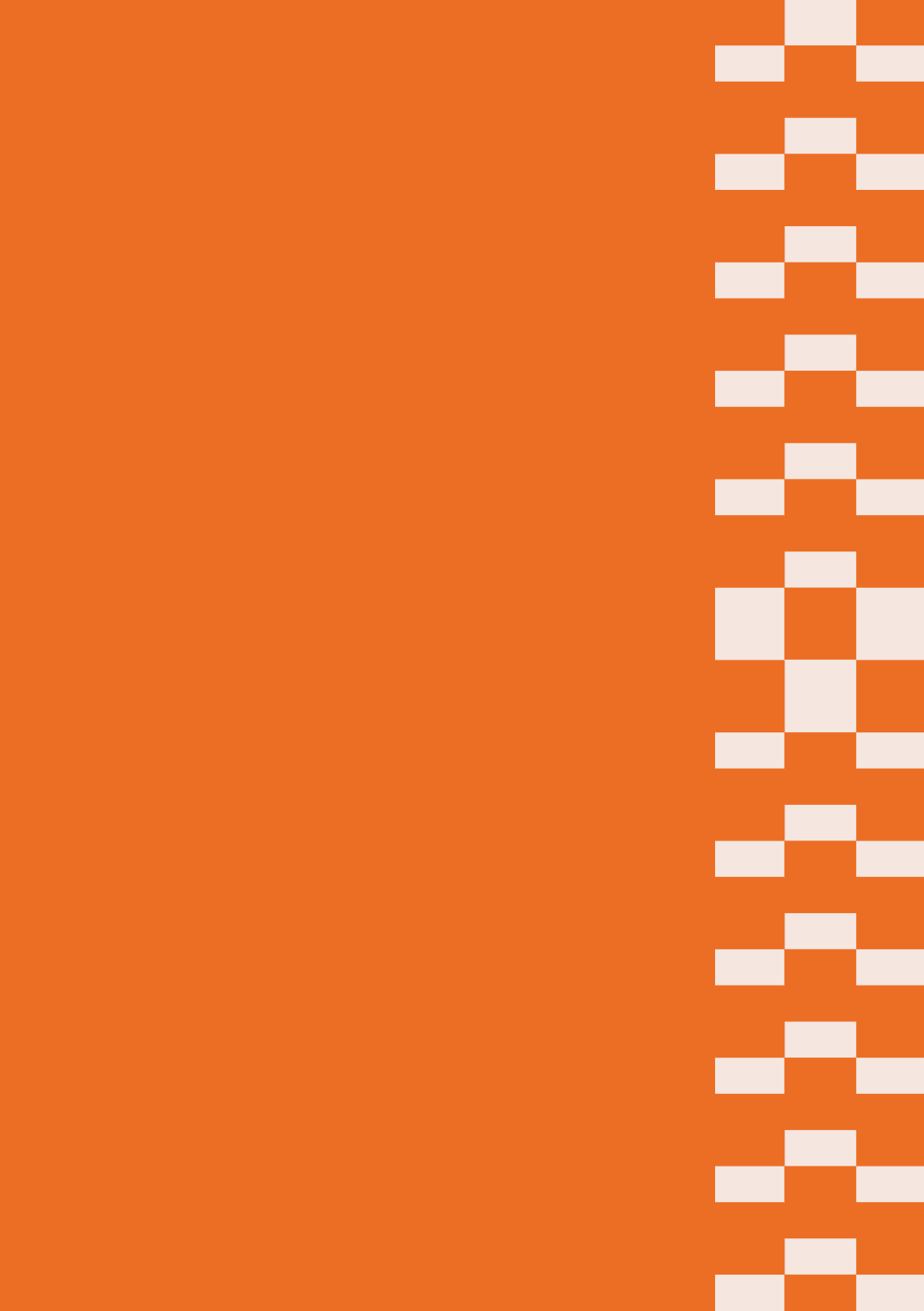
EXPRESSÃO “MULATA TIPO EXPORTAÇÃO”

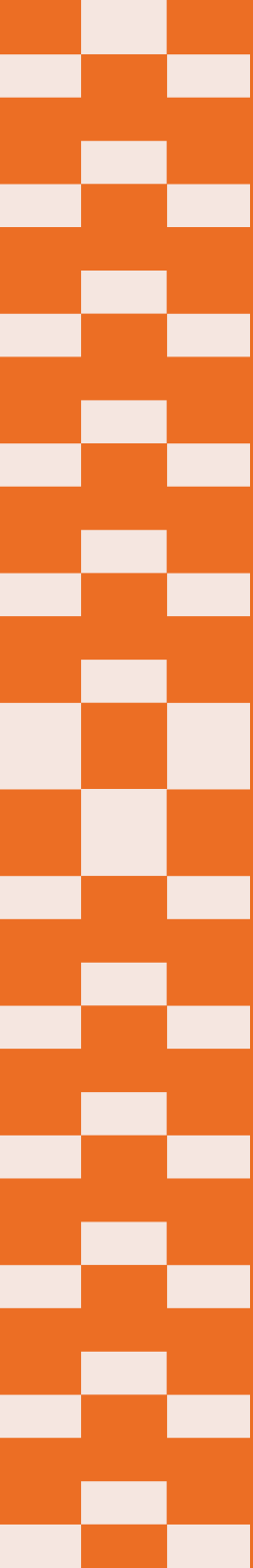
A expressão “mulata tipo exportação” é um termo carregado de racismo e sexismo, utilizado para descrever mulheres negras e pardas que se destacam pela beleza física, especialmente em contextos de festas populares como o Carnaval. O termo não apenas objetifica essas mulheres, reduzindo-as a um produto cultural, mas também as insere em uma hierarquia racial e sexual. A expressão tem suas raízes no período da escravidão e da colonização, quando a figura da “mulata” era hipersexualizada e associada à satisfação dos desejos masculinos. No imaginário social brasileiro, a “mulata” é frequentemente retratada como uma figura exótica, sensual e alegre, mas com um papel subalterno e sem voz, que existe principalmente para o consumo visual e sexual do homem branco.

Ao adicionar o termo “tipo exportação”, a expressão reforça ainda mais essa objetificação, sugerindo que a beleza dessas mulheres é uma mercadoria, algo a ser exibido e vendido para o exterior, servindo como uma representação do Brasil para o mundo. Dessa forma, a expressão contribui para a manutenção de estereótipos racistas e sexistas, negando a humanidade e a individualidade das mulheres negras e pardas.

Lélia Gonzalez, intelectual, ativista e professora, foi uma das primeiras a analisar a fundo a figura da “mulata” no imaginário

brasileiro. Em seus textos, ela argumenta que essa figura é uma das faces do racismo e do sexismo no Brasil, desmascarando a imagem de “democracia racial” e revelando como as mulheres negras são objetificadas e reduzidas a meras “mercadorias” em um sistema patriarcal e racista.





REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

WALKER, Alice. *In Search of Our Mothers' Gardens: Womanist Prose*. Orlando: Harcourt Brace Jovanovich, 1983.

FREYRE, GILBERTO. *CASA-GRANDE & SENZALA*. RIO DE JANEIRO: JOSÉ OLYMPIO, 1933.

GOMES, NILMA LINO. O MOVIMENTO NEGRO EDUCADOR E A CONSTRUÇÃO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL. *REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO*, RIO DE JANEIRO, V. 20, N. 63, P. 1047-1064, OUT./DEZ. 2015.

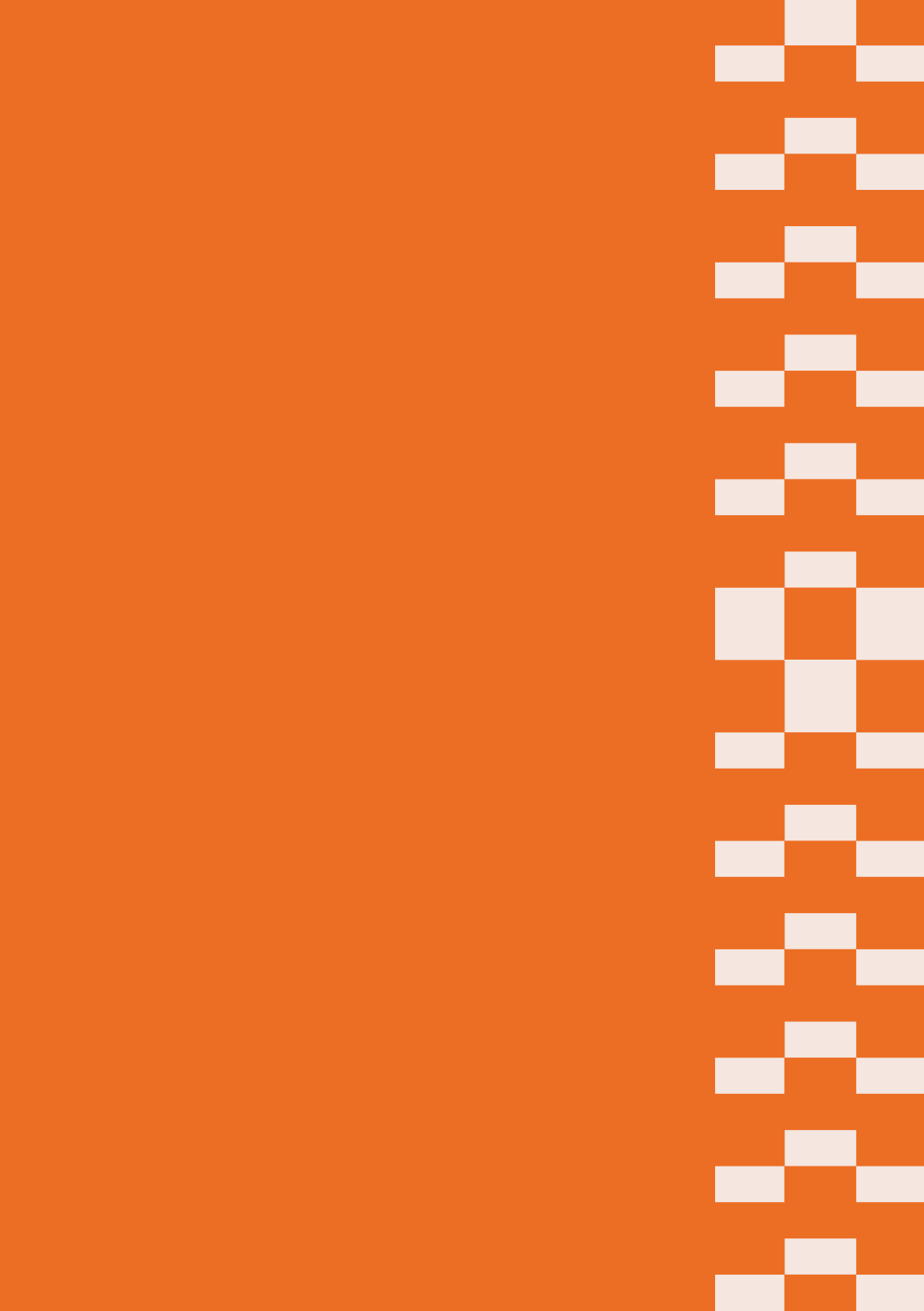
GALTON, FRANCIS. *INQUIRIES INTO HUMAN FACULTY AND ITS DEVELOPMENT*. LONDON: MACMILLAN AND CO., 1883.

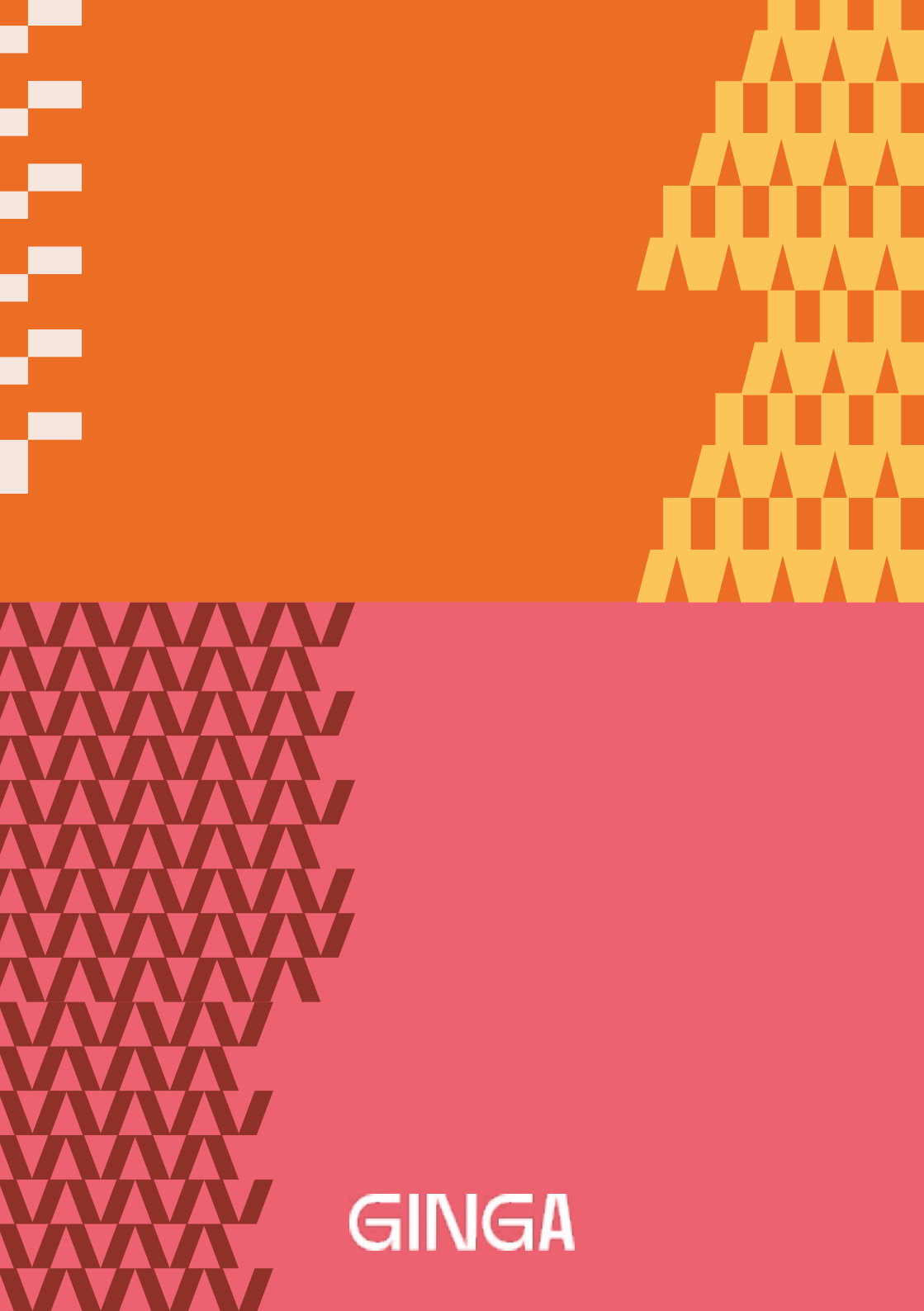
SCHUCMAN, LIA VAINER. ENTRE O “ENCARDIDO”, O “BRANCO” E O “BRANQUÍSSIMO”: O SER E ESTAR DE BRANCOS E NEGROS NO BRASIL. TESE (DOUTORADO EM PSICOLOGIA) -UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, SÃO PAULO, 2012

MEDEIROS, CÍNTIA. *RACISMO DE MARCA, RACISMO NA MÍDIA: UMA ANÁLISE DA PUBLICIDADE BRASILEIRA*. DISSERTAÇÃO (MESTRADO EM COMUNICAÇÃO) - UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, SALVADOR, 2021.

SILVA, VAGNER GONÇALVES DA. *ORIXÁS, DEUSES E HOMENS: OS RITOS DE INICIAÇÃO NO CANDOMBLÉ DE SALVADOR*. TESE (DOUTORADO EM ANTROPOLOGIA) - UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, SÃO PAULO, 1995.

GONZALEZ, LÉLIA. POR UM FEMINISMO AFRO-LATINO-AMERICANO. REVISTA DE ESTUDOS FEMINISTAS, RIO DE JANEIRO, V. 6, N. 2, P. 119-123, 1994.





GINGA